

Acareação complica ACM e Arruda

RUY BARON/ALOR

Ricardo Amaral
e Marluza Mattos
De Brasília

A acareação com a ex-diretora do Prodasen Regina Borges consolidou a convicção da maioria dos membros do Conselho de Ética do Senado de que os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF, sem partido) foram responsáveis pela ordem de violação do voto secreto na cassação de Luiz Estevão. Os dois senadores mantiveram suas versões conflitantes com o depoimento de Regina Borges. "É difícil acreditar na versão dos senadores, pela contradição entre ambas e pelas contradições que contêm individualmente", disse o relator do caso, Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), que deve apresentar suas conclusões na próxima quarta-feira, pedindo punição igual para os dois.

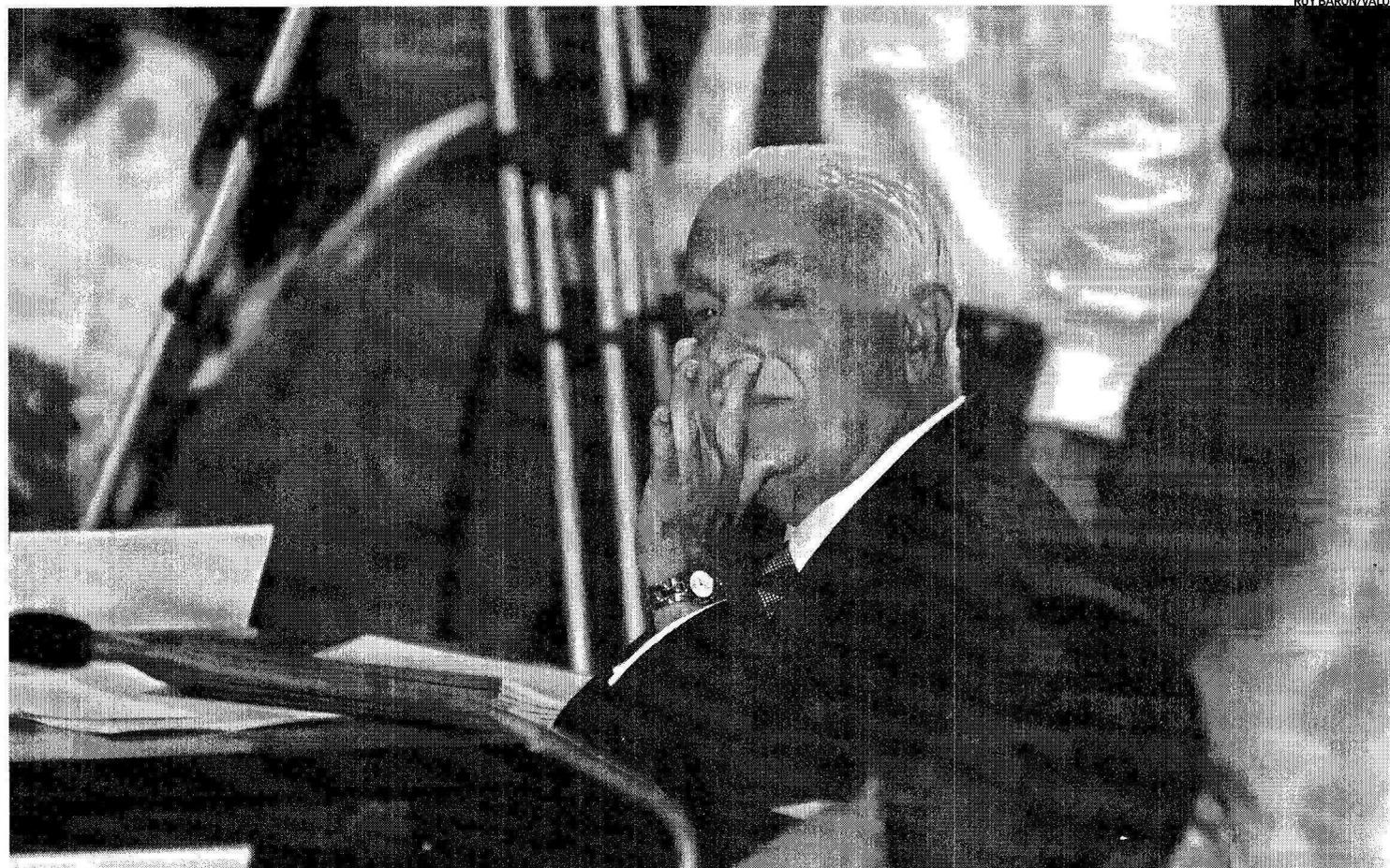
Regina Borges reafirmou ter recebido ordem de Arruda "para extrair a lista da votação" e não uma consulta sobre a segurança do painel, como alega o ex-líder do governo no Senado. "Disse a ele que iria cumprir uma ordem e disso não arredo", afirmou Regina, num dos momentos mais tensos da acareação. Antonio Carlos ficou embaraçado com as perguntas de Jefferson Péres (PDT-AM), que insistiu em saber se Arruda recebera autorização de Antonio Carlos para usar o nome do ex-presidente para abordar Regina. Arruda confirmou, Antonio Carlos negou e Péres concluiu: "Se recebeu a lista e não admoestou Arruda, é porque agiram de acordo no caso".

Peres também insistiu em saber quando Antonio Carlos teria admoestado Regina pelo ilícito cometido. O ex-presidente deu quatro respostas distintas para

resumir a "admoestação" a uma frase, dita em conversa sobre outro assunto: "Nós já tivemos problemas antes". O único ponto da acareação em que Antonio Carlos mostrou-se mais seguro que Regina foi quanto ao telefonema dado a ela na noite da cassação e que, de acordo com depoimentos anteriores de Regina, teria sido de agradecimento pela extração da lista. O ex-presidente insistiu que ligou para tranquilizá-la, não para agradecer. Regina não repetiu o conteúdo do diálogo. "Minha preocupação era ter a prova de que a lista chegara a ele", disse.

Nenhum senador do Conselho, a não ser os aliados de Antonio Carlos, os baianos Waldeck Ornêlas e Paulo Souto, mostrou-se convencido pelos argumentos do ex-presidente e do senador. "Houve no mínimo uma levianidade contra o Senado", disse Pedro Piva (PSDB-DF). "A situação de ambos é muito delicada e merece punição grave e igual". A tese de uma punição maior para Arruda do que para Antonio Carlos perdeu força, apesar de o ex-líder ter tido um desempenho pior que o do colega. "Se o carpinteiro Gepeto fosse construir seu Pinóquio hoje, o boneco mentiroso teria calva e cabelos grisalhos", disse Antero Paes de Barros, a quem Antonio Carlos acusou de parcialidade na acareação.

Os senadores do PMDB Ney Sauassuna (PB) e Amir Lando (RO) também disseram que a acareação não mudou seu juízo anterior sobre o caso. O líder do partido, Renan Calheiros (AL), voltou a negar a negociação de um acordo para salvar Antonio Carlos da cassação, com o objetivo de salvar o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), do mesmo destino em uma



ACM não convence — "É difícil acreditar na versão dos senadores, pela contradição entre ambas e pelas contradições que contêm individualmente", disse Saturnino

eventual CPI. "Não há acordo possível", disse Renan. A dois parlamentares com quem conversou ontem, Jader reclamou das notícias sobre o suposto acordo. "Não tem lógica nenhuma, o que eu ganharia salvando o Antonio Carlos?", perguntou o presidente do Senado.

A impossibilidade de acordo e a indignação da maioria dos senadores com o ambiente de intrigas gerado pelo episódio, levou os líderes a fazerem as primeiras previsões sobre o resultado do julgamento no Conselho de Ética. A previsão mais conservadora indica que um pedido de

cassação dos dois senadores teria o voto favorável de quatro representantes do PMDB (Casildo Maldaner, Nabor Junior, Amir Lando, Ney Suassuna), três do PSDB (Lúcio Alcântara, Osmar Dias e Antero Barros, que substituiu Arruda no Conselho) e dois da oposição (Heloísa Helena e Jefferson Péres). O senador Lauro Campos (DF), que deixou o PT, é tido como voto favorável a Antonio Carlos por seus ex-colegas de partido.

Outras previsões incorporam a esses nove votos os de dois dos cinco pefelistas do Conselho: Geraldo Althoff e Francelino Perei-

ra. O relator Romeu Tuma (PFL-SP) é uma incógnita. Votos certos para o senador da Bahia, apenas os conterrâneos Paulo Souto e Waldeck Ornêlas. "A questão não é partidária, não há acordo possível e a ofensa é contra todos os senadores", disse Paulo Hartung (PPS-ES). Isso justifica as previsões de um placar entre nove e onze votos pela cassação, num universo de 15, fora o voto do presidente Ramez Tebet, que serve apenas ao desempate.

Apresentado o relatório será aberto o prazo para a defesa dos senadores, mas a partir daí eventuais renúncias não podem gerar

o fim do processo nem a punição com a perda dos direitos políticos por oito anos. Por isso, Antonio Carlos e Arruda têm até quarta-feira para avaliar as chances de uma punição mais branda para evitar o pior para eles. "É muito forte o rumor, na Bahia, que Antonio Carlos promoverá sua renúncia e a de seus suplentes, para forçar nova eleição para o Senado, concorrer e tentar voltar com força à política", disse o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA). O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), do grupo carlista, nega. "Isso é coisa de maluco", descartou.